

Marcia Zoet/Agência Estado



Paulo Freire, a Secretaria

“Qual é o projeto pedagógico que está sendo implantado pela Secretaria de Educação na gestão da Prefeita Luiza Erundina?”

Paulo Freire — Não há administração ou projetos pedagógicos neutros. Não seria, então, a administração da Prefeita Luiza Erundina que faria exceção a esta regra. Isto não significa, porém, que, pelo fato de ser sua administração marcadamente voltada para os anseios e para as necessidades populares, volte as costas, desdenhosa, aos apelos daqueles segmentos que, por viverem bem na cidade, não fazem idéia, quase sempre, do que significa apenas sobreviver. É interessante observar, porém, como os que vivem bem tendem a considerar os que simplesmente sobrevivem como incapazes, incultos, invejosos, marginais perigosos e a considerar também como propriedade sua o que a cidade tem de bonito e bem cuidado. Para estes, os que sobrevivem enfeiam a cidade. Erundina pensa certo; não pensa assim.

O mesmo tipo de reflexão pode ser feito com relação ao projeto pedagógico que estamos empenhados em realizar à frente da Secretaria Municipal de Educação. Queremos uma escola pública popular mas não populista e que, rejeitando o elitismo, não tenha raiva das crianças que comem e que vestem bem.

Qual é a escola que queremos?

Uma escola pública, realmente competente, que respeite a forma de estar sendo de seus alunos e alunas, seus padrões culturais de classe, seus valores, sua sabedoria, sua linguagem. Uma escola que não avalie as possibilidades intelectuais das crianças populares com instrumentos e critérios de aferição aplicados às crianças cujos condicionamentos de classe lhes dão indiscutível vantagem sobre aquelas.

Como dizer que um menino popular que se “saiu mal” na aplicação de certa bateria de testes, que não tem senso de ritmo, se ele dança eximamente o samba, se ele cantarola e se acompanha ritmando o corpo com o batuque dos dedos na caixa de fósforos? Se o teste para uma tal aferição fosse baseado em demonstrar como bailar o samba mexendo o corpo que desenha o mundo ou acompanhar-se com a caixa de fósforos, possivelmente meu neto seria considerado pouco capaz em face dos resultados obtidos pelo menino ou menina popular. É preciso deixar claro, porém, que a escola que queremos não pretende, de um lado, fazer injustiça às crianças das classes chamadas favorecidas nem, de outro, em nome da defesa das populares, negar a elas o direito de conhecer, de estudar o que as outras estudam. A criação, porém, de uma escola assim impõe a reformulação de seu currículo, tomado este conceito na sua compreensão mais ampla.

Sem esta reformulação curricular, não

poderemos ter a escola pública municipal que queremos: séria, competente, justa, alegre, curiosa. Uma escola que vá virando o espaço em que a criança, popular ou não, tenha condições de aprender e de criar, de arriscar-se, de perguntar, de crescer.

Os especialistas e o cotidiano escolar

Antes mesmo de assumir a Secretaria, comecei a trabalhar neste sentido, vivendo um primeiro momento de reflexão em torno da reformulação curricular. Momento que se intensificou em janeiro e fevereiro. Momento em que, com grupos de especialistas do mais alto nível como professoras e professores da USP, da PUC-SP e da UNICAMP, discuti teoria do conhecimento e educação, arte e educação, ética e educação, sexualidade e educação, direitos humanos e educação, esportes e educação, classes sociais e educação, linguagem, classes sociais, ideologia e educação. É importante salientar que estes intelectuais, físicos, matemáticos, biólogos, sociólogos, filósofos, arte-educadores etc. (que alcançam agora uma centena) vêm dando sua excelente contribuição sem ônus para a Secretaria de Educação. Recentemente, tivemos a primeira reunião com todos estes especialistas em que discutimos algumas hipóteses de projetos experimentais, no campo da mudança curricular.

É preciso afirmar que, de forma alguma, poderíamos pensar em estender às escolas — cuja vida diária e cujo mundo de relações afetivas, políticas, pedagógicas constituem para nós o espaço fundamental da prática e da reflexão pedagógicas — os resultados de nossos estudos de gabinete para serem postos em prática. Por convicção política e razão pedagógica, recusamos os “pacotes” com receitas a serem seguidas à risca pelas educadoras que estão na base. Por isso mesmo é que, nos momentos que se seguem do processo de reformulação curricular, estaremos conversando com diretores, com professores, com supervisores, com merendeiras, com mães e pais, com lideranças populares, com as crianças. É preciso que falemos a nós de como vêm a escola, de como gostariam que ela fosse; que nos digam algo sobre o que se ensina ou não se ensina na escola, de como se ensina.

A opção política e o sonho pedagógico

“Existe uma forma mais adequada e efetiva de conduzir, na prática, esse Projeto de Educação na Rede Pública Municipal?”

Paulo Freire — Acabo de afirmar que jamais imporemos às escolas da Rede Municipal um perfil de escola, por mais que ele expresse a nossa opção política e o nosso sonho pedagógico. Precisamente porque recusamos o autoritarismo tanto quanto a licenciabilidade, a manipulação tanto quanto o espontaneísmo. E porque não somos espontaneístas nem licenciados, não nos omitimos. Pelo contrário, aceitamos que não temos por que fugir ao dever de intervir, de liderar, de suscitar agindo sempre com autoridade, mas sempre também com respeito à liberdade dos outros, à sua dignidade.

Não há para nós uma forma mais adequada e efetiva de conduzir o nosso projeto de educação do que a democrática, do que o diálogo aberto, corajoso. Creio que as reuniões que já tive com todas as diretoras da Rede revelaram a decisão política real com que venho aos encontros. Estou certo, igualmente, de que esta decisão política irá tornando-se cada vez mais clara, nas minhas visitas semanais às escolas, em que conversarei com todos e com todas sobre a vida pedagógica da escola. Na medida em que vá ficando comprovado que “cartão” não funciona para — ferindo o direito de alguém — servir indevidamente a outro.

Na verdade, não podemos pensar em ganhar a adesão dos professores a uma forma, por exemplo, de relacionar-se com os educandos, mais aberta, mais científica também, mais arriscada, impondo a eles o nosso ponto de vista. Precisamos antes de tudo convencer, quase converter. A formação permanente dos educadores, que não poderia deixar de ocupar um lugar singular em nossos projetos, é um dos momentos para a superação necessária de certos equívocos ou erros que obstaculizarão a prática eficaz de nosso projeto.

A prática, a ideologia e a gnosiológica

“Considerando que o Projeto pedagógico em implantação possui caráter ideológico e político explícito, como está sendo tratada a Educação em nível de informações ou conteúdos da ciência e da cultura letrada ou erudita?”

Paulo Freire — Não é privilégio do nosso projeto pedagógico em marcha possuir caráter ideológico e político explícito. Todo projeto pedagógico é político e se acha molhado de ideologia. A questão a saber é a favor de que e de quem, contra que e contra quem se faz a política de que a educação jamais prescinde.

Seguindo o espírito da pergunta me parece importante dizer da impossibilidade, em todos os tempos, de termos tido e de termos uma prática educativa sem conteúdo, quer dizer, sem objeto de conhecimento a ser ensinado pelo educador e apreendido para poder ser aprendido pelo educando. E isto precisamente porque a prática educativa é naturalmente gnosiológica e não é possível conhecer nada a não ser que nada se substitua e vire objeto a ser conhecido, portanto, vire conteúdo. A questão fundamental é política. Tem que ver com: que conteúdo ensinar, a quem, a favor de que, de quem, contra que, contra quem, como ensinar.

Tem que ver com quem decide sobre que conteúdo ensinar, que participação têm os estudantes, os pais, os professores e os movimentos populares na discussão em torno da organização dos conteúdos programáticos. Esta é exatamente uma das nossas preocupações e de que falei antes, no esforço que fazemos para a reformulação do currículo das escolas municipais da cidade de São Paulo.

Os métodos populares de saber

Para nós, não há sombra de dúvida em torno do direito que as crianças populares têm de (em função de seus níveis

A educação e o

Pessoas que, como eu, já se perguntaram cação que temos e fazemos, sobre o lugar dos nos constituídos na determinação do processo quanto instituição no conjunto das estratégias peito disso, certamente, desenvolvem expectativa ideológico do PT assume qualquer instância

De início, penso, vem a esperança do triunfo dada para que se procedam, de fato, mud com tantas escolas municipais e com um número cações a serem enfrentadas, esta atenção se perguntas e, por outro, em ações e/ou inten

É nessa perspectiva que, num primeiro n uma conversa que deu origem à presente mção é levantar informações a respeito das es fundamental — a de Educação. Nossa pr desde que isso seja necessário e possível.

Ter Paulo Freire na coordenação dos tra sição de orgulho. Isto, considerando sua tri dos “Círculos de Cultura” na alfabetizaçãção libertadora. Era o início da década de 6 ção do poder (1964), foi expulso do País. N Comissão Nacional de Cultura Popular assição de Adultos, a convite do Ministério d legou à insônia muitos dos grupos que abude mudança nos objetos, objetivos e métodos esses grupos foram sensíveis e inteligentes, posta desse educador não permitia meios tude e inteligência já sabemos: ficamos sem vemos que produzir à margem, à sombra, cação que, sem dúvida, rompia com a esc

Agora, 25 anos depois, a expectativa se, ões se colocam. Afinal, 25 anos é tempo mandas em relação a uma ação governamovimento, para que a realidade social co plo, e não por acaso esse exemplo, uma pr e espalha o seu âmbito para a relação ped exigir presença e reconhecimento.

Como a Secretaria da Educação nesta G momento?

Paulo Freire é, nesse espaço, o seu port De ponto de partida, tem nossa admiraiçemos, tem a nossa disponibilidade — e ins locutores e interatores, enquanto Conselho goria profissional que presta serviços à po

de idade) ser informadas e formar-se de acordo com o avanço da ciência. É indispensável, porém, que a escola, virando popular, reconheça e prestigie o saber de classe, “de experiência feita”, com que a criança chega a ela. É preciso que a escola respeite e acate certos métodos populares de saber coisas, quase sempre ou sempre fora dos padrões científicos, mas que levam ao mesmo resultado. É preciso que a escola, na medida mesma em que vá ficando mais competente, vá se tornando mais humilde. O conhecimento — que se produz social e historicamente — tem historicidade. Não há conhecimento novo que, produzido, se “apresente” isento de vir a ser superado.

É preciso que a escola popular, sobretudo a que se situa na mais funda das áreas periféricas da cidade, pense seria-

JORNAL CRP-06 - S.P.
Nº 60. ANO 9 - MAIO-JUNHO 1989
PP. 4 e 5

de Educação e as classes populares.

PT no governo

inúmeras vezes sobre os destinos da educação e mais propriamente dos governos educativos, sobre o lugar da escola nas sociedades, pessoas que se indagam a respeito quando um partido com o perfil do PT assume o Poder Executivo.

Hoje, depois do movimento de atenção cultural, no caso da cidade de São Paulo, não — senão igual — maior de compilação. Traduz-se, por um lado, em ações de trabalho conjunto.

Atualmente, procuramos Paulo Freire para a série do Jornal do CRP-06. Nossa intenção é a condução de uma Secretaria para a disposição para ações comuns.

Um dos pontos dessa Secretaria é, para nós, o ejetório social e político desde a difusão de adultos e de suas idéias sobre educação, quando então por efeito da militarização daquele momento, Paulo Freire presidia a comissão o Plano Nacional de Alfabetização. Sua intervenção certamente devidamente reprimia qualquer tentativa de práticas educativas. Nesse sentido, em dúvida. Souberam captar que a promoção. As consequências dessa sensibilidade concreta de Paulo Freire e a sua exigência limite, uma prática de educação tradicional.

encende. Mas, certamente, outras questões para que se modifiquem as condições, para que o ensino se cristalice e se adquira contornos particulares. A exemplo disso como a Psicologia se regulamentou e de promoção social e começa a

ção da Prefeitura (1989-92) vê a fazer esse

-voz. e o respeito. Em continuação, como dissemos até — de nos constituirmos Inter-Regional de Psicologia e enquanto regulamentação.

Marlene Guirado

mente a questão da linguagem, da sintaxe popular, de que falo e escrevo faz tanto tempo. Faz tanto tempo e muitas vezes continuo mal entendido.

Aproveito agora uma dimensão da pergunta e volto ao assunto. Não é possível pensar a linguagem sem pensar o mundo social concreto com que nos constituímos. Não é possível pensar a linguagem sem pensar o poder, a ideologia.

O que me parece injusto e antidemocrático é que a escola, fundamentando-se no chamado padrão culto da língua portuguesa, continue, de um lado, a estigmatizar a linguagem da criança popular, e de outro, ao fazê-lo, a introjetar na criança um sentimento de incapacidade de que dificilmente se liberta. Nunca disse ou escrevi, porém, que as crianças populares não deviam aprender o "pa-

drão culto". Para isso, contudo, é preciso que se sintam respeitadas na sua identidade, que não se sintam inferiorizadas porque falam diferente. É preciso, finalmente, que — ao aprender, por direito seu, o padrão culto — percebam que devem fazê-lo não porque sua linguagem é feia e inferior, mas porque, dominando o chamado padrão culto, se instrumentam melhor para a sua luta pela necessária reinvenção do mundo.

Como não perder o tempo de conhecer

"Em que o atual Projeto converge ou diverge dos CIEPS, que foram desenvolvidos por Darcy Ribeiro na Secretaria da Educação do Rio de Janeiro?"

Paulo Freire — Tenho grande respeito e enorme amizade a Darcy Ribeiro, intelectual para quem amar, imaginar e sonhar não são experiências antagônicas à seriedade e à rigorosidade científicas.

Não penso em divergências ou convergências entre o que estamos projetando aqui e agora e os CIEPS. A mim interessa, já que você fez a pergunta, deixar claro ser impossível pensar a prática educativa, portanto a escola, sem pensar a questão do tempo, de como usar o tempo para a aquisição de conhecimento, não apenas na relação educador-educandos, mas na experiência inteira, diária, da criança na escola.

A escola progressista seria não pode estragar o tempo, botar a perder o tempo de a criança conhecer. Mas só a partir, me parece, de um limite mínimo de tempo para a prática escolar é possível pensar em como usá-lo de forma produtiva. Este limite mínimo, para mim, é de quatro horas. Não vejo como trabalhar eficientemente com turnos de três horas

a não ser em situações emergenciais. Nestes casos (no momento vivemos em alguma ou outra escola esta situação dramática), é necessário que fique clara aos pais a razão de ser da situação de emergência.

A questão do tempo está posta no centro da concepção dos CIEPS. Para a cidade de São Paulo preferiria, como estou preferindo, fazer o possível para que vivamos intensamente, produtivamente, criadoramente as quatro horas de atividades das escolas de primeiro grau.

Os movimentos populares e as plenárias pedagógicas

"Como lidar com as expectativas da clientela da escola (os próprios alunos e os seus pais) que pode reagir de forma contrária, opositora ou mesmo indiferente às propostas pedagógicas da atual Secretaria de Educação?"

Paulo Freire — De forma democrática também. Devemos iniciar ainda neste mês de março, nas áreas populares, comícios ou assembleias pedagógicas em que, de um lado, mostraremos o estado deplorável em que encontramos cerca de cinquenta e cinco escolas, de outro, discutiremos os passos que estamos dando com relação à mudança da cara da escola. Neste mês, ainda, faremos um primeiro encontro com 40 a 50 alunos da quinta série para ouvir deles o que pensam da escola e falar um pouco a eles de como pensamos.

Haverá, obviamente, certas medidas que serão tomadas porque pô-las em prática é nossa tarefa. Mas tudo que for preciso ser discutido o será.

"O que se espera das Plenárias e dos Conselhos Populares de Educação em relação à qualidade de ensino?"

Paulo Freire — Em certo sentido a resposta está contida na anterior. As assembleias ou plenárias pedagógicas, esperamos, terão uma importância fundamental. Através delas é possível que se dê em nível profundo uma real participação da comunidade de pais e de representantes dos movimentos populares na vida inteira das escolas.

Os psicólogos na rede pública municipal

"Existe já implantado um trabalho de psicólogos em equipes multiprofissionais diretamente nos recintos escolares da Rede Pública Municipal ou continuará sendo realizado somente nas 7 clínicas do Serviço de Assistência ao Escolar?"

Paulo Freire — As psicólogas, com quem devo ter nestes dias uma primeira reunião (quer clínicas, quer escolares), se encontram lotadas no Serviço de Saúde Escolar. Antes mesmo de tomarmos posse, o Secretário de Saúde, Eduardo Jorge e eu, já havíamos iniciado conversações no sentido de devolver o Serviço de Saúde Escolar a seu lugar natural: a Secretaria de Saúde.

Preferimos, ele e eu, sua equipe e a minha, atendendo à índole de nossa forma de administrar, evitar qualquer tipo de solução vertical, impositiva.

Entregamos de comum acordo a Direção do Serviço à Doutora Ana Cecília Sucupira a quem delegamos a tarefa de — em diálogo com médicos, dentistas e psicólogos — discutir a passagem do serviço para a Saúde.

Enquanto o processo caminha, discutirei com as psicólogas a melhor solução para o seu caso, quer dizer, aquela em que possamos ser mais eficazes na colaboração indiscutível e indispensável que nos poderão dar.



Homero Sérgio/Agência Folhas